

Seminário Internacional “Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material”¹

José Almino de Alencar²

COMEÇO PELO QUE É DE DIREITO, ou seja, por manifestar a minha alegria de participar em um evento que é também a comemoração de um duplo aniversário: septuagésimo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e o octogésimo quinto da instituição que hora nos abriga: o Museu Histórico Nacional; e reafirmando a nossa satisfação, nossa da Fundação Casa de Rui Barbosa, por nos ter associado ao Museu Histórico, juntamente com o Museu de Astronomia e Ciências e com o apoio do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan na organização do presente seminário: *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*.

É fato por demais sabido, mas vale sempre ser lembrado por sua peculiaridade, que a emergência do movimento intelectual e institucional que levou às primeiras elaborações de uma política de patrimônio histórico no Brasil teve origem no movimento modernista, em particular na sua vertente do centro-sul do país. Inicialmente identificado com as vanguardas artísticas e literárias européias, que enxergava como uma via de modernização da criação brasileira, uma forma de integração do intelectual nacional no que havia de mais avançado no mundo contemporâneo, o modernismo voltou-se, logo a

¹ Discurso proferido no dia 1 de outubro durante sessão de abertura do Seminário Internacional, ocorrido de 1 a 4 de outubro de 2007 no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

² Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

partir segunda metade da década de 20 para o conjunto do país, para as manifestações várias das artes populares e para o seu passado. Passou a ver no inventário dessas expressões culturais e em um recorte particular do nosso passado colonial possibilidades de um amálgama simbólico afetivo e esteticamente rico, possibilitando-nos um contorno identitário, suficientemente expressivo, que preenchesse a nossa auto-estima e nos colocasse em posição internacional considerada. Tudo isso se definiu e firmou, e eu repasso matéria conhecida, em conjugação com o desenvolvimento de um estado forte, centralizado, que catalisou e incentivou esse processo.

Mesmo para alguém como eu que não é familiarizado com as minúcias e os meandros dessa história – e que assume, portanto, um sério risco ao falar diante de uma platéia como esta – é fascinante surpreender a gênese e o momento preciso em que aquela geração procedeu ao gesto normativo que designava, nomeava o que era belo e o que era historicamente relevante.

Esse processo me faz lembrar uma pequena anedota reportada por Jean Renoir, no seu livro *Pierre-Auguste Renoir, mon père*. O cineasta, muitos sabem, era filho de Auguste Renoir, o pintor impressionista. Quando menino, Renoir pai costumava levar com freqüência os seus dois filhos, Jean e Claude (este último fotógrafo) para passear e vez por outra apontava algo com o dedo dizendo: isso é bonito; ou, isso é feio. A cena é exemplar porque combina a autoridade paterna com a legitimidade do gosto emitido (tratava-se de um grande artista) com a disponibilidade intelectual e afetiva das crianças. Às vezes eu sinto que muitos de nós ainda somos Jean Renoir daqueles modernistas.

A definição do que é patrimônio histórico, cultural ou artístico é cambiante, tendo se encaminhado, sobretudo, no sentido da incorporação de novos objetos e significados; e sobre essas definições atuam toda sorte de fatores causais: econômicos, sociais, políticos; mais um truísmo. Essas mutações – de sentido ou de função simbólica, de desenho institucional, de importância social, afetam e se manifestam na história de

instituições isoladamente; inclusive na história de entidades relativamente pequenas como é o caso da hoje Fundação Casa de Rui Barbosa.

Ainda há pouco nós comemoramos 77 anos de existência do hoje Museu Casa de Rui Barbosa. Aqui, há de assinalar um fato curioso, e a propósito quando se trata de mudanças institucionais, que me foi trazido por Ana Pessoa, diretora do Centro de Memória e Informação da Fundação: no inventário de Rui, que serviu inclusive de base para a aquisição da Casa pelo governo, a sua biblioteca valia bem mais do que toda a propriedade; na verdade, o objetivo mesmo da compra da Casa era o de transformá-la em Museu-Biblioteca, como, aliás, consta do decreto de criação. A ênfase em Museu-Casa, buscando reconstituir com mais acuidade o lugar e o ambiente vivido por aquele brasileiro, teria vindo, portanto, de outras posturas e de interpretações diversas daquilo que pareciam haver sido os propósitos institucionais iniciais para aquele lugar.

Setenta anos, setenta e sete anos, são apenas o equivalente da esperança de vida biológica de um europeu comum do Norte da Europa ou mesmo de um homem ou mulher saídos de uma família das classes abastadas brasileiras. E, no entanto, durante esse espaço de tempo, a Casa de Rui Barbosa, instituição governamental, conheceu todos os percalços da nossa história brasileira: atravessou, desde 1930, cinco regimes políticos, incluindo duas ditaduras, e, no caminho, mutilou-se, refez-se, diversificou-se, cresceu, envelheceu, modernizou-se – tendo incorporado um Centro de Pesquisas em História, Direito, Filologia, Políticas Culturais e na vida e obra de Rui Barbosa; algumas bibliotecas, um Arquivo de Literatura, um Laboratório de Conservação e Restauração de documentos e um Laboratório de Microfilmagem.

Durante esse período, a fortuna crítica do seu patrono, Rui Barbosa, também se modificou. A criação daquele Museu-Biblioteca corresponde a um período em que a nossa primeira República – o que hoje aqui chamamos de República Velha – tecia os seus mitos e construía o seu panteão de heróis, em contraposição à história imperial do século XIX, que era vista como um prolongamento da nossa experiência colonial, uma espécie de desdobramento local do que havia sido o Reino Unido.

Como salientou Joaquim Falcão, tomando como referência um célebre ensaio de San Tiago Dantas:

Rui Barbosa foi o arquétipo da nascente classe republicana, urbana e voltada para o desenvolvimento econômico. Arquétipo, diga-se de passagem, não como membro da elite que foi, ou proprietário abonado, comparativamente. Rui não pertencia à classe média. Não é o arquétipo de seu cotidiano. É o arquétipo de seu imaginário. De sua ideologia, dir-se-ia na década de sessenta. Arquétipo pelo que defendeu e significou. Este significar passa então pelas nascentes questões das liberdades civis, da república, da igualdade, da ética na vida pública.

Eu juntaria ainda: certo fervor ingênuo dedicado à cultura e à erudição, associadas a uma demanda por uma sociedade que aliasse o mérito intelectual ao exercício das funções públicas e à mobilidade social.

No entanto, os modernistas logo o transformaram em um de seus algozes, criticando-lhe a retórica arcaizante – fruto de um culto apaixonado dos clássicos portugueses – ironizando a sua gramatiquice e os ecos vieirenses que perpassavam a sua prosa. Por outro lado, os reformadores sociais criticavam o formalismo jurídico de suas soluções políticas, alegando que elas não tinham em conta as especificidades sociológicas do país e a sua dura realidade social.

Hoje em dia, quando os valores democráticos estão mais estabelecidos, louva-se Rui Barbosa por ter persistido na defesa de um arcabouço jurídico liberal e salienta-se a sua contribuição para a introdução e consolidação na legislação brasileira de instrumentos jurídicos fundamentais para a defesa de direitos individuais, tais quais o *habeas corpus*.

Dizíamos, portanto, que a partir da criação do Museu-Biblioteca em 1930, na casa onde Rui morou, com seus documentos e valiosa coleção bibliográfica, a sua base material foi extremamente ampliada ao longo destes anos, dando suporte para que a Fundação Casa de Rui Barbosa seja, ao mesmo tempo, uma instituição cultural com seus arquivos, bibliotecas e o Museu; e também uma instituição de pesquisa no campo das ciências humanas.

Assim como os valores atribuídos ao patrimônio material variam no tempo e no espaço, também variam as ações para a sua preservação; e ao longo da existência da Instituição podemos verificar que a preservação do patrimônio vem se apresentando de inúmeras formas, refletindo de certo modo as transformações da nossa sociedade neste período. Tem sido um processo contínuo de identificação, seleção, conservação, gerenciamento e divulgação dos seus acervos que nos últimos anos vem sendo aprimorado através do desenvolvimento tanto de práticas quanto de políticas de preservação.

Neste evoluir, destacam-se: a adoção de medidas de preservação preventiva e corretiva adequadas aos respectivos suportes, com o apoio de laboratórios técnicos e conservadores especializados em arquitetura, museologia e técnicas gráficas; o Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa, que orienta as intervenções do Museu, visando à preservação do conjunto edifício-acervo, orientação multidisciplinar para a conservação do jardim histórico; e ainda processos e rotinas próprios, definidos por comissão intersetorial para preservação dos acervos documentais. Os laboratórios de conservação e restauração de papel, LACRE, e de microfilmagem e digitalização, o LAMIC, que integram o Serviço de Preservação, além do desempenho de serviços técnicos, realizam projetos especiais, como o de conservação e restauração da biblioteca de Rui Barbosa. Essas ações permitem o desenvolvimento de planos, projetos, estudos e pesquisas, integrados com outras instituições nacionais e estrangeiras, a promoção de estágios, seminários e cursos, bem como a organização de informações relacionadas às diferentes especialidades.

A nossa atividade, em permanente convivência e especificamente com o paradoxo da conservação e da mudança, nos obriga a um exercício constante de repensar, revisar, fortalecer nossos métodos, ampliar nossa capacidade profissional para cumprir nossa missão. A preservação do patrimônio cultural material, função observável em todas as sociedades modernas, engloba ações diversificadas e complexas, sejam teóricas ou práticas; assim como incorpora o conhecimento profissional do campo das ciências humanas e exatas, e também das artes. A sua gestão envolve mecanismos objetivos que garantam a sua integridade física, requerendo não só conhecimento sobre o

comportamento dos materiais, os mecanismos e causas da sua deterioração, as intervenções possíveis, a eficácia dos tratamentos a longo prazo, mas também inúmeras ações que envolvem a obtenção e a administração dos recursos. Muito disso tudo parece ser objeto deste encontro que reúne profissionais de vários recantos; e é para nós de grande importância a promoção e a participação em eventos da natureza do que hoje aqui se inicia.